



**MP-ES**

*Agente de Apoio - Administrativa*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna ....	1
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais .....	9
Processos de formação de palavras .....	22
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos na língua portuguesa; mecanismos de flexão dos nomes e verbos .....	24
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos .....	29
Padrões gerais de colocação pronominal na língua portuguesa .....	37
Mecanismos de coesão textual .....	39
Ortografia .....	41
Acentuação gráfica .....	45
Emprego do sinal indicativo de crase .....	47
Pontuação .....	49
Estilística: figuras de linguagem .....	53
Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo .....	59
Varição linguística .....	61
Norma padrão .....	63
Questões .....	64
Gabarito .....	72

## RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Conjuntos e suas operações, diagramas .....	1
Números inteiros, racionais e reais e suas operações .....	6
Porcentagem .....	17
Proporcionalidade direta e inversa .....	19
Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo .....	21

**SUMÁRIO**

# SUMÁRIO



Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. formação de conceitos, discriminação de elementos. proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados .....	26
Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal .....	47
Raciocínio matemático .....	53
Raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal ...	62
Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas .....	67
Problemas de lógica e raciocínio.....	74
Problemas de contagem.....	77
Noções de probabilidade.....	82
Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área .....	85
Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão .....	97
Questões .....	103
Gabarito.....	113

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da república federativa do brasil de 1988: princípios fundamentais;.....	1
Organização do estado brasileiro: união, estados, distrito federal e municípios .....	2
Direitos e garantias fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos;.....	16
Direitos sociais .....	36
Nacionalidade.....	39
Organização dos poderes: poder executivo: atribuições e responsabilidades; poder legislativo: estrutura e competências; poder judiciário: organização e funções.....	42
Ministério público: princípios institucionais; garantias e vedações; funções institucionais do mp (art. 129 da crfb/88) .....	49
Serviços públicos: princípios gerais .....	51
Direitos dos usuários .....	54
Controle da administração pública: controle interno e externo .....	65
Papel do ministério público no controle da administração .....	66
Questões .....	75
Gabarito.....	82



## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Regime jurídico-administrativo: princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência .....	1
Organização administrativa: administração direta e indireta. autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista .....	16
Atos administrativos: conceito, elementos, atributos e classificação; vinculação e discricionariedade. invalidade, revogação e anulação .....	23
Servidores públicos: regime jurídico dos servidores públicos civis (lei complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994); direitos e deveres dos servidores .....	42
Processo administrativo disciplinar .....	111
Licitações e contratos administrativos: princípios da licitação; modalidades de licitação. lei nº 14.133/2021; contratos administrativos: características e execução .....	120
Improbidade administrativa: lei nº 8.429/1992: atos de improbidade e sanções .....	241
Processo administrativo: princípios e fases .....	246
Questões .....	253
Gabarito .....	261

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conceitos fundamentais de Administração: planejamento, organização, direção e controle .....	1
Processo administrativo .....	15
Eficiência, eficácia e efetividade .....	15
Comunicação Organizacional .....	17
Tipos de Comunicação: redação oficial e administrativa .....	23
Atendimento ao público .....	30
Gestão de Documentos .....	35
Protocolo e arquivo .....	37
Tabela de temporalidade: classificação e arquivamento de documentos .....	46
Noções de Gestão de Materiais: controle de estoques; aquisições e armazenamento; conservação de materiais .....	48
Conceito e evolução da Administração Pública: modelos de Administração Pública ...	58
Reformas administrativas no Brasil .....	61
Princípios da Administração Pública (Art. 37 da CRFB/88): legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência .....	67

# SUMÁRIO



Organização da Administração Pública: Administração direta e indireta; Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista .....	67
Poderes do Administrador Público: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar .....	67
Serviços Públicos: conceito e classificação; formas de prestação; princípios do serviço público .....	77
Gestão Pública Moderna: transparência e controle; Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) .....	95
Portal da Transparência .....	96
Controle social.....	97
Ética no Serviço Público: Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto nº 1.171/1994) .....	99
Conflito de interesses .....	103
Qualidade no Serviço Público: Ouvidoria e atendimento ao cidadão .....	105
Gestão por resultados: simplificação de processos .....	112
Processos Administrativos no MPES: Sistema Eletrônico de Informações – SEI: noções básicas de utilização; tramitação de processos digitais; protocolo eletrônico .....	123
Gestão de documentos no MPES: normas internas de arquivamento; controle de prazos processuais; preservação de documentos .....	128
Atendimento no MPES: postura institucional; sigilo e confidencialidade; relacionamento interpessoal .....	131
Questões .....	134
Gabarito.....	140

## LEGISLAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei Orgânica do MPES - Lei Complementar Estadual nº 95/1997 (Título I - Da Organização e Atribuições do Ministério Público. Capítulo I - Das Disposições Gerais; Capítulo II – Da Organização do Ministério Público).....	1
Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 (Título I - Do Estado do Espírito Santo e seu Território; Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Administração Da Justiça, Seção I - Do Ministério Público).....	3
Lei Estadual nº 7233/2002 (Dá nova redação ao plano de carreiras e vencimentos dos servidores administrativos do Ministério Público).....	10
Lei nº 13709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).....	22
Portaria PGJ nº 897/2023 (Institui a Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais no MPES).....	45

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Código de Ética do MP (Resolução CNMP nº 261/2023).....	51
Portaria nº 8565/2017 (Dispõe sobre a estratégia institucional e seu modelo de governança no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo).....	56
Planejamento Estratégico 2024-2032 do MPES .....	64
O Ministério Público brasileiro e a promoção dos ODS da Agenda 2030 .....	64
Regimento Interno da Estrutura Organizacional do MPES (Resolução nº 12/2012) ....	67
QUESTÕES.....	127
GABARITO .....	133

# SUMÁRIO



O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

### Tipos Textuais: Definição e Características Gerais

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

#### Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

#### Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.
- **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

#### Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

#### Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.



## Teoria dos conjuntos

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

## Símbolos importantes

- $\in$ : pertence
- $\notin$ : não pertence
- $\subset$ : está contido
- $\not\subset$ : não está contido
- $\supset$ : contém
- $\not\supset$ : não contém
- $/$ : tal que
- $\implies$ : implica que
- $\Leftrightarrow$ : se, e somente se
- $\exists$ : existe
- $\nexists$ : não existe
- $\forall$ : para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$ : conjunto vazio
- $\mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais
- $\mathbb{Z}$ : conjunto dos números inteiros
- $\mathbb{Q}$ : conjunto dos números racionais
- $\mathbb{I}$ : conjunto dos números irracionais
- $\mathbb{R}$ : conjunto dos números reais

## Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto. Exemplo:  $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos. Exemplo:  $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$
- Enumerando esses elementos temos. Exemplo:  $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$
- Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos. Exemplo:



## Forma, Sistema e Fundamentos da República

### Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

### Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

### Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

### Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

### Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

### Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejam os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

## TÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.



## Conceito

O vocábulo “regime jurídico administrativo” se refere às inúmeras particularidades que tornam a atuação da administração pública individualizada nos momentos em que é comparada com a atuação dos particulares de forma generalizada. Possui sentido restrito, restando-se com a serventia única de designar o conjunto de normas de direito público que caracterizam o Direito Administrativo de modo geral, estabelecendo, via de regra, prerrogativas que colocam a Administração Pública em posição privilegiada no que condiz às suas relações com os particulares, bem como restrições, que tem o fulcro de evitar que ela se distancie da perseguição que não deve cessar no sentido da consecução do bem comum.

Desta forma, de maneira presumida, o Regime Jurídico Administrativo passa a atuar na busca da consecução de interesses coletivos por meio dos quais a Administração usufrui de vantagens não extensivas aos particulares de modo geral, como é o caso do poder de desapropriar um imóvel, por exemplo. Assim sendo, a Administração Pública não pode abrir mão desses fins públicos, ou seja, ao agente público não é lícito, sem a autorização da lei, transigir, negociar, renunciar, ou seja, dispor de qualquer forma de interesses públicos, ainda que sejam aqueles cujos equivalentes no âmbito privado, seriam considerados via de regra disponíveis, como o direito de cobrar uma pensão alimentícia, por exemplo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a supremacia do interesse público se encontra eivada de justificativas para a concessão de prerrogativas, ao passo que a indisponibilidade de tal interesse, por sua vez, passa a impor a estipulação de restrições e sujeições à atuação administrativa, sendo estes os princípios da Administração Pública, que nesse estudo, trataremos especificamente dos Princípios Expressos e Implícitos de modo geral.

## Princípios Expressos da Administração Pública

### Princípio da Legalidade

Surgido na era do Estado de Direito, o Princípio da Legalidade possui o condão de vincular toda a atuação do Poder Público, seja de forma administrativa, jurisdicional, ou legislativa. É considerado uma das principais garantias protetivas dos direitos individuais no sistema democrático, na medida em que a lei é confeccionada por intermédio dos representantes do povo e seu conteúdo passa a limitar toda a atuação estatal de forma geral.

Na seara do direito administrativo, a principal determinação advinda do Princípio da Legalidade é a de que a atividade administrativa seja exercida com observância exata dos parâmetros da lei, ou seja, a administração somente poderá agir quando estiver devidamente autorizada por lei, dentro dos limites estabelecidos por lei, vindo, por conseguinte, a seguir o procedimento que a lei exigir.

O Princípio da Legalidade, segundo a doutrina clássica, se desdobra em duas dimensões fundamentais ou subprincípios, sendo eles: o Princípio da supremacia da lei (primazia da lei ou da legalidade em sentido negativo); e o Princípio da reserva legal (ou da legalidade em sentido positivo). Vejamos:

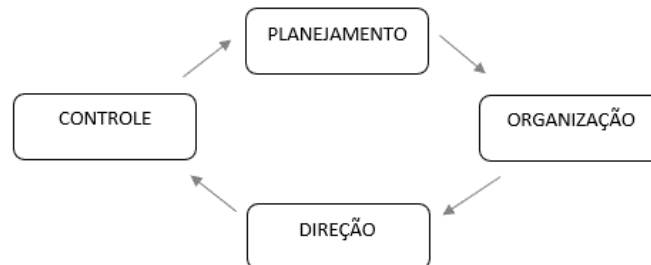
De acordo com os contemporâneos juristas Ricardo Alexandre e João de Deus, o **princípio da supremacia da lei**, pode ser conceituado da seguinte forma:

O princípio da supremacia da lei, ou legalidade em sentido negativo, representa uma limitação à atuação da Administração, na medida em que ela não pode contrariar o disposto na lei. Trata-se de uma consequência natural da posição de superioridade que a lei ocupa no ordenamento jurídico em relação ao ato administrativo. (2.017, ALEXANDRE e DEUS, p. 103).

Entende-se, desta forma, que o princípio da supremacia da lei, ou legalidade em sentido negativo, impõe limitações ao poder de atuação da Administração, tendo em vista que esta não pode agir em desconformidade com a lei, uma vez que a lei se encontra em posição de superioridade no ordenamento jurídico em relação ao



## Planejamento, organização, direção e controle



### Planejamento:

Planejamento é um processo estruturado com o propósito de alcançar uma condição futura desejada. Inicialmente, a organização realiza uma análise da sua situação atual, identificando oportunidades, ameaças, pontos fortes e fragilidades elementos centrais nesse processo. O planejamento não deve ser compreendido como uma ação isolada, mas como uma sequência lógica de etapas interligadas que resultarão na construção de um plano.

Entre suas principais características, destacam-se:

- Representa o ponto de partida;
- Serve para aumentar as chances de sucesso;
- Busca reduzir as incertezas, mesmo sem eliminá-las totalmente;
- Trata do futuro, mas sem a pretensão de prevê-lo com exatidão;
- Reconhece a influência do presente sobre o futuro, e como as ações atuais o moldam;
- Estimula uma postura PROATIVA, evitando reações tardias ou passivas;
- Leva a organização a reconhecer tanto suas limitações quanto suas capacidades;
- O processo de planejamento é mais relevante do que o plano em si.

Segundo Idalberto Chiavenato, "Planejamento é um processo de estabelecer objetivos e definir a maneira como alcançá-los".

- **Processo:** é a sequência de passos que conduzem a um resultado, sendo este resultado o plano;
- **Estabelecer objetivos:** refere-se à definição de metas a serem atingidas;
- **Definir a maneira:** diz respeito à escolha dos meios e caminhos para alcançar esses objetivos.

Etapas do Planejamento:

- **Definir os objetivos:** Determinar o que se deseja e aonde se pretende chegar;
- **Analisar a situação atual:** Compreender a realidade da organização;
- **Projetar cenários futuros possíveis:** Antecipar tendências e acontecimentos;
- **Avaliar e selecionar alternativas:** Escolher os caminhos mais adequados;
- **Executar o plano e verificar os resultados:** Colocar as ações em prática e mensurar seus efeitos.



## LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 28 DE JANEIRO DE 1997

*Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Lei Orgânica do Ministério Público Estadual.*

(Vide Lei Complementar nº 916, de 30 de julho de 2019, que extingue 65 cargos)

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

### DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo único. São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º Ao Ministério Público é assegurada, na forma dos artigos 127 da Constituição Federal e 3º da Lei Federal nº 8.625/93, autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe especialmente:

- I - praticar atos próprios de gestão;
  - II - decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, e das carreiras do Ministério Público e área administrativa, organizadas em quadros próprios;
  - III - elaborar as folhas de pagamento do pessoal ativo, inativo e de seus servidores administrativos;
  - IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;
  - V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos das carreiras, bem como, a fixação, a revisão, o reajuste e a recomposição dos vencimentos dos seus membros e dos seus servidores;
  - VI - prover, em caráter originário ou mediante promoção e demais formas de provimento derivado, os cargos referidos no inciso anterior;
  - VII - editar atos de nomeação, exoneração, demissão, disponibilidade, afastamento, promoção, remoção, penalidade administrativa, férias, licença, aposentadoria e todos os demais necessários à atividade institucional e previstos em lei;
  - VIII - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares dos órgãos de administração e execução;
  - IX - compor os seus órgãos de administração;
  - X - elaborar seus Regimentos Internos;
  - XI - exercer outras competências da espécie decorrentes. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04.97)
- § 1º As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04.97)